

TEORIAS SOBRE NACIONALISMO: UM DEBATE CONCEITUAL E TEÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE NAÇÃO E HISTÓRIA

THEORIES ABOUT NATIONALISM: A CONCEPTUAL AND THEORETICAL DEBATE ON THE RELATIONSHIP BETWEEN NATION AND HISTORY

Rafael Macedo da Rocha Santos¹

Doutorando em História Comparada (PPGH-UFRJ)

Resumo: A ideia de nação permeia os estudos de ciências humanas como um dos conceitos mais desafiadores da atualidade. A particularidade do *nacional* na História permitiu que a formação do Estado-Nação planificasse as ações humanas em um sistema racional-burocrático em conexão com outras vertentes sociais e culturais até mesmo fora da alçada *tradicional* do político. O artigo pretende oferecer um amplo debate teórico entre as origens do conceito de nacionalismo concomitante com a própria trajetória do conhecimento histórico com enfoque a partir do século XIX.

Palavras-chave: nação – nacionalidades – nacionalismo – Estado-Nação.

Abstract: The idea of nation permeates the studies of human sciences as one of the most challenging concepts today. The particularity of the national in history allowed the formation of the nation-state to plan human actions in a rational-bureaucratic system in connection with other social and cultural aspects even outside the traditional domain of the politician. The article intends to offer a wide theoretical debate between the origins of the concept of nationalism concomitant with the own trajectory of historical knowledge with focus from the nineteenth century.

Keywords: nation – nationalities – nationalism – State-Nation.

¹ Contato: rafaelmrsantos@yahoo.com.br.

Introdução

O objetivo desse artigo é debater teoricamente os conceitos clássicos de nação e nacionalismo, alguns dos componentes conceituais mais interessantes e desafiadores da pós-modernidade. Pretende-se associar o conceito de nação como algo particular, que não compartilha peculiaridades com nenhuma corrente ideológica como o marxismo ou o liberalismo.

A História, enquanto análise das ações humanas, se insere na compreensão de fenômenos constituídos culturalmente ao longo do tempo como o nacionalismo. Trata-se de pesquisar movimentos de longa duração, cujas variantes de época para época são determinantes para apontar vestígios de condicionalidades em uma dada sociedade. O conceito de Estado-Nação se confunde com a trajetória percorrida pelo próprio conhecimento histórico. Ambas as suas origens remontam ao século XIX, estão amparadas na noção de identidade e se debatem com a repetição de fenômenos: a continuação do passado sobre o presente em torno da ideia de nação.

O historicismo cientificista do século XIX se pautou pela busca de leis constantes que traduzissem as regularidades do processo histórico. A memória nacional é umas maiores matérias-primas da História, sobretudo, de viés político. A historicização de fenômenos nacionais considerados *míticos* e *imemoriais* é relevantíssimo para a compreensão de suas origens. Ao datá-los, o historiador pode analisar casualidades e movimentos coletivos.

O olhar do historiador é prejudicado pela ausência de uma teoria específica sobre como tratar a complexidade do "nacional". Nesse sentido, o historiador de "formações nacionais" prescinde da análise de movimentos coletivos gerais (principalmente àqueles relacionados à política contemporânea) e permanentes de construção de memória.

Antecedentes históricos

A concepção que prevalecia antes do século XVIII era o Estado como uma variante de "Pátria" ou algo que se refere ao território natal e ao lugar de nascimento. Tal

expressão é oriunda da palavra *Patter*, que significa Pai, ou seja, remetia a ideia de poder Pátrio (relacionado muitas vezes ao poder monárquico) ou “o que pertence ao Patrimônio” sem tantas conotações territoriais ou culturais.

A palavra *nação*, embora já existisse no século XVI, era designada somente para apontar grupos sociais com descendência cultural em comum, mas ainda sem conotação territorial: tratava-se apenas como uma forma de se referir à minorias étnicas.

Durante o processo de nivelamento político, jurídico e financeiro do Estado e da sociedade, na transição entre Idade Média e Idade Moderna estimulou-se a ação do mercado. Levantava-se assim um poder soberano e legítimo monárquico sobre os privilégios feudais diante de uma sociedade fragmentada e dividida.

As práticas de acumulação de riquezas pelo Estado (metalismo) passaram a serem compreendidas como de interesse público, criando uma incipiente noção de coletividade.

Até o século XVIII, a ideia de Estado ainda conotava uma ligação intrínseca com o poder absolutista: baseava-se na ideia de territorialismo, ou seja, quanto maior for seu território, maior serão seus poderes, riquezas e capacidade de subjugar outros Estados.

O Estado moderno, embrião oriundo da Revolução Francesa (1789), compreende-se desde então como uma utopia coletiva, acima de toda e qualquer classe social, contribuindo para a união comum de interesses coletivos e um compromisso que todos adquirem desde o nascimento. Ao legitimar uma nova ordem, instaurou noções como igualdade de direitos civis e universais e separação/independência entre os poderes.

O advento do liberalismo na França pós-1789 eliminou uma lógica patrimonialista sobre as ações do Estado, havendo uma ênfase no individualismo e no racionalismo desde então. Essas características serão essenciais, por exemplo para a formação de um conceito de nacionalidade moderno, sem estar atrelado à noções tão abstratas como outrora.

A palavra nação vem de um verbo latino, *nascor* (nascer), (...) por extensão, os indivíduos nascidos de uma mesma mãe, e posteriormente, os nascidos no mesmo lugar.

O conceito de nação leva mais em conta fatores culturais do que propriamente territoriais, apesar de ambos necessitarem de uma sustentação convergente entre si. Enquanto o Estado atravessasse turbulências que evitassem sua preponderância e hegemonia, poderia apropriar-se da coletividade para alcançar tais objetivos.

Nesse sentido, o nacionalismo também se relaciona diretamente à História por ambas serem focos de construção de memória coletiva. As ideias nacionalistas são o ponto de junção entre as ações políticas promovidas pelos Estados e a identidade cultural da população. Concebe-se que o século XIX consolidou a ideia de “Estado-nação” no âmbito político, enquanto no século seguinte esse conceito se consolidaria culturalmente.

Embora o surgimento da nação seja atribuído à datas imemoriais, seu ano de nascimento ocorreu por volta de 1830, momento de apogeu das revoluções liberais na Europa, e atingiu seu ápice no começo do século XX. O Estado nacional abriu o caminho para o capitalismo com a criação do mercado, mediante o estabelecimento de espaços territoriais submetidos a autoridades impessoais e regras homogêneas.

O século XIX viu as massas adquirirem conscientização de classe e o surgimento de novas ideologias que colocaram as populações como novas definidoras das políticas estatais. Os Estados europeus precisavam do consentimento dos novos cidadãos e de seu engajamento para ações de contenção contra as outras potências.

Esses Estados também precisavam incluir todos os seus habitantes em territórios sob o seu domínio, como os casos de unificações europeias tardias como Itália e Alemanha em fins do século XIX. Esse tipo de nacionalismo foi um dos biombos justificadores originários dos dois conflitos mundiais de massa no século XX.

Os movimentos intelectuais mundiais de fins do século XIX e início do século XX articulavam noções como positivismo e xenofobia na formação das nacionalida-

des. Essas inclinações foram essenciais para a reafirmação de uma identidade nacional extremista.

As representações de nacionalismo oferecem uma gama de representações de realidade que alimentam as ideias de formação nacional. As ideologias são componentes essenciais para a construção imaginária das nações: a necessidade de materializar essas representações em torno de símbolos como monumentos e locais de veneração. Nesse sentido, adquire uma estreita relação com a ideia de memória.

Como componentes claros de uma época moderna, os nacionalismos possuem ligação incontestável com a História Contemporânea, visto que o nacionalismo é um produto direto da Revolução Francesa (1789): a ideia de que o Estado deixa de ser uma entidade essencialmente patrimonialista para se tornar algo de interesse cultural comum.

Ideia de nacionalismo para marxistas, freudianos e liberais

Para os marxistas, o Estado não é uma entidade natural, mas sim histórica, construída pelos homens e de natureza intrinsecamente arbitrária. Os marxistas relacionam os nacionalismos, assim como a religião, com o controle ideológico das elites sobre o proletariado como se as fronteiras nacionais representassem o raio de atuação de uma determinada burguesia local em detrimento de outra.

A ideia de nação surgiu como uma tentativa de incluir os habitantes no território da administração estatal e de obter lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que esta disputava a hegemonia dos trabalhadores com o marxismo (CHAUÍ, 2000: p. 17). O próprio conceito de nação é considerado como uma "anomalia" para o marxismo, visto que a luta internacionalista da *revolução proletária* não concebe fronteiras nacionais.

Para os marxistas, os indivíduos enquanto agentes políticos desempenhariam uma função primordial na manutenção de uma ordem econômica alheia a seus desejos: a insegurança gerada pelas experiências burguesas no século XIX e pelo choque entre os Estados (imperialismo) precipitou o aceleração do culto à nação. A maio-

ria dos nacionalismos não engloba questões de diversidades, mas questões homogeneizadoras. Estas “tradições” seriam inventadas por elites para justificar a importância de suas nações.

Para Sigmund Freud, o Estado-Nação seria um instrumento intrínseco de repressão dos impulsos humanos. O papel do inconsciente, da libido e das pulsões sexuais sobre o Estado-Nação exerceria grande responsabilidade pelos comportamentos dos homens do poder, ocultando a ambição e o apetite do poder próprio do “político”.

A questão das nacionalidades, na acepção freudiana, surge como um impulso à perpetuação de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede o cidadão de lidar com ela. A tradição montada sobre um passado mítico e glorioso é erguida em uma razão única, capaz de dar sentido ao vazio de identidade vivido por cada um dentro de uma sociedade racionalista (SILVA, 2001: p.79)

Freud, que fora contemporâneo dos autores que discorriam sobre nacionalismo entre os séculos XIX e XX, utiliza-se da terminologia “mal-estar” para caracterizar a existência de uma sociedade que naturaliza a repressão contra o indivíduo. A exaltação da frieza e do distanciamento em relação ao outro em favor de um coletivo anônimo consolidou-se como uma das heranças perpetuadas a partir do advento de sociedades pós-modernas.

Há sem dúvida um medo real, concreto, ligado às garantias de trabalho, de velhice, de aceitação profissional e do sucesso na sociedade moderna em não ser um “perdedor”. Isso permite a intensificação dos medos reais e a busca ansiosa de garantias, normalmente encontradas na figura de um líder carismático. É a libido, reprimida face aos medos interiores, que surge como argamassa da identificação da massa com o seu líder. (SILVA, 2001: p.92)

Para os liberais, as nações eram objetos da ação da natureza e eram necessárias para relacionar a terra (o território) às questões culturais de cada povo. Nesse sentido, as nações poderiam coexistir sem a necessidade da guerra para regular suas

relações embora a existência do Estado sem a existência da nação fosse considerado artificial e arbitrário (por não englobar fatores culturais em sua constituição).

O nacionalismo também ataca a própria ideologia liberal, já que concebe a atuação do Estado como uma força de atuação constante e máxima sobre a sociedade, distante do conceito clássico de "laissez faire", onde o mercado se sobrepõe sobre o Estado-Nação. Na realidade, ao longo da História, o que vimos foi uma sobreposição dos conceitos economicistas nacionalistas como o desenvolvimentismo sobre a ideia de livre-mercado.

Debate Bibliográfico

Segundo Benedict Anderson (1994), o conceito de nacionalismo pode ser compreendido mais como uma construção do senso comum do que como uma doutrina perpetuada pelos Estados. Os nacionalismos possuem legitimidade emocional profunda a ponto de se tornarem entidades históricas inquestionáveis, mais antigas do que realmente são, pois impõe um vínculo com o passado *mítico* como origem em comum.

Anderson (1994) relacionava o capitalismo como condição *sine qua non* para o êxito desse nacionalismo, pois esse tipo de organização social fazia com que as ideias circulassem com maior rapidez, promovendo uma unidade linguística intencional.

Nesse sentido, o desenvolvimento da imprensa atuou como um fator inconsciente para a popularização e propagação do conceito de nacionalismo no senso comum.

A criação imaginária da nação para Anderson (1994) buscava ser um instrumento raro de unificação social em questões que não encontraram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade, fazendo com que todos os cidadãos se conhecessem e interagissem indiretamente por meio de sentimentos coletivos.

O nacionalismo trata de uma necessidade sociológica difícil de ser atingida em épocas pré-modernas devido à dificuldade de homogeneização cultural. Em eras contemporâneas ou pós-modernas, a necessidade de comunicação impessoal articu-

lada com um alto grau de padronização cultural passa a prevalecer na sociedade. O individualismo e o racionalismo seriam condicionantes essenciais para essa formação.

A invocação do passado em relação à nação "constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente, daí a incerteza se o passado é de fato passado ou se persiste sobre outras formas" (SAID, 2000: p. 33). Nesse sentido, as Malvinas adquiriram um caráter permanente de *mito fundador*², apesar da datação *imemorial* desse culto ser passível de questionamentos por ser algo imaginário.

Os elementos de imperialismo designavam as atitudes coercitivas de um centro metropolitano dominante governando um outro território distante: o colonialismo. Edward Said (2000) relaciona essa prática ao controle da soberania política de um Estado por outro alcançado por meio da violência e da dependência econômica, social e cultural.

Para Mancini (1995), os nacionalismos são construções culturais imaginárias, que não são tão antigos quanto a História. A fundação da nação tornou-se um processo permanente de constante reciclagem e modelamento, que acabou se transformando em um poderoso instrumento de submissão da população em favor de governos.

Mancini (1995) afirma que a nação é um assunto necessário e original que nunca foi criado: não teve um começo e não terá fim. As nações são uma dimensão natural e necessária da história humana, cuja vitalidade histórica depende de sua liberdade: "Não foi criado em um pacto entre homens. A nação sempre existiu, mesmo que na consciência dos homens: é um componente necessário". O autor relaciona a existência de uma nação como algo atrelado à existência do próprio Estado, portanto, com viés político:

A nação existe na natureza, mas apenas como corpo inerte e inanimado: precisa de leis e instituições. O homem não cria ou destrói uma nação, mas é somente através da intervenção do homem que a nação é dada a leis e instituições para se afirmar como um sujeito histórica-

² A ideia de *mito fundador* estabelece uma conexão com o passado que sempre encontrar maneiras de se reciclar e permanecer constante. A expressão *mito* se constitui como algo de origem inquestionável, que independe das vontades humanas e são alimentadas em função de representações alternativas de realidade. Pretende-se na pesquisa datar esses movimentos e tirá-los do campo do *imaginário* ou do *imemorial*.

mente dinâmico. A nação não é mero conjunto de fatores naturais e históricos, mas um órgão político que tem governo, vontade legal e suas próprias leis.³

Enquanto vários autores definiram a nação por critérios objetivos, como uma raça ou grupo étnico “compartilhando características comuns”, Ernest Renan (1997) definiu-a pelo desejo de um povo de viver em conjunto. A nação tornou-se constantemente peregrina por depender de um “plebiscito diário”. Esse conceito seria composto por duas vertentes:

(...) uma alma e um princípio espiritual. Duas coisas, que na verdade são uma só, constituem essa alma ou princípio espiritual. Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a posse em comum de um rico legado de memórias; outra é o sentimento diário, o desejo de viver junto, a vontade de perpetuar o valor de uma herança recebida de forma indivisa ... pressupõe um passado; mas ela é sintetizada no presente como um fato concreto, o sentimento, o desejo expresso e claro de continuar uma vida em comum. A experiência de uma nação é um plebiscito diário, tanto quanto uma existência individual é uma perpétua afirmação da vida (CASTRO, 2012: pp. 62-63).

Esse autor acredita que as pessoas se unem em suas memórias de sofrimento porque aliviar o sofrimento requer um “esforço comum” que sirva de base para a unidade.

Renan (1997) sugere o esquecimento como característica comum entre todas as nações: “verdades indesejadas” são prejudiciais ao ideário nacional, no sentido de que escancara ações de violência e alteridade quanto à formação enquanto nação.

Renan (1997) ainda relaciona a nacionalidade com um exercício de autodeterminação comum, independente de escolhas ou vontades políticas. Por fim, Renan discorda da fala de Mancini sobre a falta de final do movimento ao defender que o nacionalismo pode sim ter um caminho finito, como por exemplo, sendo substituído por uma comunidade de nações regionais que a substitua em termos de soberania.

³ Disponível na Internet via <http://www.associazionemancinivicum.org/base.asp?http_request=home>. Consultado em agosto de 2017.

De acordo com Ernest Gellner (1997), a ideia de nacionalismo está intimamente ligada à uma típica criação da era moderna, dada à necessidade de elementos morais e sociais presentes apenas em sociedades seculares, racionais e individualistas.

Gellner (1997) trata o nacionalismo como uma necessidade de sociedades pós-modernas ou contemporâneas, haja vista que era a nação era um conceito indispensável em um meio de cunho racionalista e individualista.

A formação do nacionalismo moderno, por exemplo, jamais se faria com base apenas em preceitos religiosos, por exemplo: apenas sociedades seculares poderiam reclamar para si uma forma de nacionalismo contemporâneo.

Eric Hobsbawn (1991) corrobora a tese de “invenção de tradições” e afirma que os nacionalismos eram o elo entre as políticas domésticas e internacionais, principalmente em períodos de turbulência interna. Nesse sentido, a pressão nacional era fator decisivo que corroborava os argumentos usados pelos argentinos em foros internacionais.

Hobsbawn afirma que os nacionalismos criaram visões de alteridade de uma nação para outra: “o nacionalismo se tornou uma ideologia manejável dentro da estrutura do liberalismo burguês e compatível com ele. Um mundo de nações viria a ser um mundo liberal e um mundo liberal seria feito de nações” (HOBSBAWN, 1991: p.113).

Eric Hobsbawn (1988) destaca as especificidades desse fenômeno: “O nacionalismo ataca a democracia, demole o anti-clericalismo, luta contra o socialismo e solapa o pacifismo, o humanismo, o internacionalismo e o liberalismo” (p.203).

Conclusão

A grande convergência de opiniões entre os autores especialistas considera que a ideia de nação, como sendo um fenômeno dotado de grande historicidade construído pelo imaginário, precisou da História para se legitimar e para fazer acreditar que a identidade dos países estava assentada em um passado muitas vezes anterior à própria existência cronológica do Estado-Nação enquanto unidade política.

Os autores em geral são unânimes em afirmar que o nacionalismo é uma ponte de ligação entre o passado e o presente. Nesse sentido, a História se torna sempre presente, no momento em que a veneração à simbologia dos Estados Nacionais não encontra barreiras físicas, espaciais e nem mesmo temporais.

A alteridade social e individual relacionada ao nacionalismo se baseia em uma resposta que se impõe como uma verdade, para a qual não há escolha. As bases das diferenças sociais são abolidas frente a instituições homogeneizadoras como o Estado-Nação com vistas a promover uma unidade “imaginária” em torno de causas comuns.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. Londres: Verso, 1994.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: USP, 2007.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 2001.
- CASTRO, Fernando. Um projeto de Diplomacia Cultural para a República: a Revista Americana e a construção de uma nova visão continental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 32, nº 63, p. 301-324, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. São Paulo: Gradiva, 1997.
- HECKER, Alexander. A História política e seu historiador. In: **Entre o passado e o Futuro**. São Paulo: Revista da USP, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MANCINI, Pasquale. **Sobre la nacionalidad**. Madrid: Tecnos, 1985.
- POLANY, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- RAMONET, Ignacio. **As guerras do século XXI**. Petrópolis, Vozes: 2003

- REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** Rio de Janeiro: Cadernos de Pós da UERJ, 1997.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; COSTA, Darc (org.). **Mundo Latino e Mundialização**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WHELING, Arno. **A invenção da História**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

Recebido em: 03/06/2018

Aprovado em: 21/07/2018